

Desinformação

A inquietação que, visivelmente, tomou conta do País neste fim-de-semana, face à suposta possibilidade de decretação de um novo "pacote" de medidas econômicas, permite-nos duas reflexões acerca do estado psicológico da sociedade.

A primeira constata a existência de um alto grau de insegurança e desconfiança na capacidade do Governo, situações típicas das conjunturas pré-hiperinflacionárias. Por si mesmas elas são capazes de conduzir ao descontrolo da economia, ainda que na ausência de fatores objetivos. Um banco poderá quebrar, ou um sistema bancário inteiro poderá quebrar, se em dado momento as pessoas começarem a sacar em massa. Quando há fatores concorrentes objetivos, a intranquilidade e a insegurança encontram campo fértil para induzir ao descontrolo. É o que ocorre neste momento. A rolagem da dívida pública interna mediante a venda e resgate diários de títulos está se processando num nível crítico. Um movimento assimétrico qualquer no mercado financeiro poderá promover fugas expressivas de dinheiro do mercado aberto, ocasionando a quebra dos frágeis elos que unem a venda e recompra de títulos. Isto significa, em termos claros, que os bancos não devolveriam, nesse dia, as aplicações feitas no over, desencadeando-se, como em cascata, outros efeitos devastadores que consolidariam a quebra e o caos.

Outra ilação que o frisson do fim-de-semana permitiu é a de que a sociedade brasileira não assimilou ainda a nova

realidade constitucional. As pessoas precisam entender que não estamos vivendo mais sob o império do decreto-lei que tudo permitia ao presidente da República. Não há mais decreto-lei, mas medidas provisórias que, como o nome indica, são provisórias, valem por um só mês e perderão toda eficácia se, em trinta dias, não forem aprovadas pelo Congresso Nacional. É uma situação bastante diferente daquela que tínhamos até 5 de outubro passado. Ela impede o Presidente de exercer a sua vontade, obrigando-o a cercar suas decisões de uma base ampla de apoio político, sob pena de serem elas rejeitadas pelo Congresso, anulando-se todos os efeitos que tenham produzido.

Ora, o Presidente não decretará um "pacote" econômico sem consulta prévia aos partidos, aos empresários e aos trabalhadores, porque são estas as partes que interagem no processo político-parlamentar. Se o fizer, os efeitos do que tenha feito serão nulos, porque o Congresso, com certeza, os anulará. Conhecer esta realidade nova é algo indispensável a todos quantos tenham interesse na economia. Quem a conhece dorme tranqüilo nos fins-de-semana.

As medidas que o Governo estuda no momento se destinam a exame e debate pelas partes envolvidas no pacto social. Antes disso, nada será feito salvo, talvez, aquilo que se sabe ser consensual, como o corte das despesas públicas. Para isto, de fato, não é preciso consulta. É algo que há muito tempo o Governo já deveria ter feito.